



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0003346-02.2022.6.05.8000
INTERESSADO : SEÇÃO DE PROJETOS E OBRAS
ASSUNTO : Anulação do Pregão nº 26/2022

PARECER nº 36 / 2022 - PRE/DG/ASSESD

Trata-se de análise da regularidade de procedimento licitatório em trâmite nos presentes autos (Edital 26/2022) e posterior anulação do certame, suscitada pela SGA, no documento n.º 1978516, consoante trecho em destaque:

1. Diante do resultado da licitação registrado no doc. n.º 1973472 em que três empresas sagraram vencedoras, identifica-se que apesar de constar do edital do PE n.º 26/2022 a informação de que a adjudicação seria feita por lote (vide informação constante do doc. n.º 1895325), a sua publicação foi feita por item, sem o devido agrupamento, como pretendido pela unidade demandante (doc. 1891415):

Concordamos com a elaboração do edital considerando a adjudicação por lote, já que os itens relacionados neste processo são interdependentes. O seu fornecimento e montagem serão realizados pela mesma empresa, que oferecerá garantia sobre todos os elementos, resultando em vantagem técnica e econômica para o TRE-BA. Outro fato que corrobora com esse entendimento é que, para os dois itens, foram apresentados preços pelas mesmas 11 empresas (Doc. 1879470).

Instada, a Assessoria de licitações e Contratos e Questões Administrativas – ASJUR – opinou pela anulação do Pregão nº 26/2022, fundamentando seus argumentos nos seguinte termos:

4. Quanto à adjudicação por lote, cumpre-nos rememorar que esta Assessoria não fez qualquer ressalva neste aspecto, embora, como regra, as licitações devam ocorrer por item. A exceção apenas demandará a correspondente motivação, nos termos já pacificados pelo TCU.

4.1. Assim, à época, aquiescemos com as razões lançadas no processo, conforme apontado no Parecer nº 253/2022 (doc. nº 1903695):

"5. A minuta de edital consta do doc. nº 1895302. **Em seu despacho (doc. nº 1895325), a SELIC pontuou que: a) estabeleceu a adjudicação por lote em face da interdependência entre os itens, bem como diante das justificativas elencadas pelo setor solicitante (garantia e identidade de fornecedores – doc. nº 1891415); b) optou-se pela prova de regularidade junto à Receita Estadual, uma vez que a atividade preponderante constitui a entrega dos bens, sendo o serviço de instalação acessório (Parecer nº 66/2020[2]); c) conforme modelo tradicional para aquisição, não foi prevista a apresentação de certidão negativa de falência**".

(destaques adotados)

5. De relação ao erro na publicação do certame, com consequente realização da sessão do Pregão nº 26/2022 de modo diverso ao previsto no ato convocatório, é

preciso observar que os Pregoeiros devem estar atentos às condições editalícias, fato que, salvo engano, afastaria a possibilidade de ocorrências como a que ora se registra. É dizer, imaginamos que uma cuidadosa e prévia leitura do edital permitiria a constatação do equívoco, e, como resultado, ensejaria o imediato sobrestamento da licitação.

6. Ao contrário, tendo a licitação transcorrido sem a prévia constatação do erro e, portanto, com flagrante desatendimento aos termos do edital, impõe-se, certamente, a respectiva anulação. Afinal, o edital é a lei interna que rege o procedimento, e, *in casu*, podemos afirmar que se infringiu tal regramento.

6.1. A Lei nº 8.666/93, a este respeito, prescreve:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

(...)

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7. Ante o exposto, e indo ao encontro da manifestação da SGA (doc. nº 1983419), opinamos pela anulação do Pregão nº 26/2022, observando-se, contudo, o quanto previsto no § 3º, artigo 49, da lei de licitações, acima transcrito.

7.1. Neste ponto, embora reconheçamos que a Lei nº 8.666/93 não seja totalmente clara, o TCU já se posicionou para que sejam oportunizados o contraditório e a defesa em casos de desfazimentos dos certames, quando já superada a fase de adjudicação, como se vê no Acórdão nº 2656/2019 – Plenário:

"SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO E NA INABILITAÇÃO DE LICITANTE. AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE JURÍDICA NO PEDIDO DE ANULAR A REVOGAÇÃO DO CERTAME, POR EXISTIREM FUNDAMENTOS PARA A DECISÃO. CONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO E IMPROCEDÊNCIA. PREJUDICIALIDADE NA APRECIÇÃO DO REQUERIMENTO DE ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR E DAS ALEGAÇÕES A RESPEITO DA INABILITAÇÃO DO CONSÓRCIO REPRESENTANTE.

1. Somente é exigível a observância das disposições do art. 49, § 3º, da Lei 8.666/1993 quando o procedimento licitatório, por ter sido concluído com a adjudicação do objeto, gera direitos subjetivos ao licitante vencedor ou em casos de revogação ou de anulação em que o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como o causador do desfazimento do certame.

2. Diante da ausência de interesse público na apuração de indícios de irregularidade em processo de representação, não compete a este Tribunal tutelar direitos subjetivos de licitante ou contratado, os quais devem recorrer à via administrativa ou judicial para buscar a satisfação de eventuais direitos."

(destaque aditado)

Deste modo, com lastro no parecer jurídico da ASJUR, no documento n.º 1985496, na previsão constante do art. 49 da lei nº 8.666/93 e nos elementos acima relacionados, propõe-se a anulação da presente licitação.

Contudo, previamente, deverá ser promovida a notificação das licitantes da intenção da Administração de anular a presente licitação, de modo a garantir o contraditório e a ampla defesa, nos termos do § 3º do art. 49 da mencionada norma.

À consideração superior.

PEDRO PAULO ANDRADE E SILVA

Assessoria Especial da Diretoria-Geral

DESPACHO

De acordo. Ao Diretor-Geral, para apreciação.

RONILDO DANTAS

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Andrade e Silva, Técnico Judiciário**, em 29/06/2022, às 14:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 29/06/2022, às 14:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1986613** e o código CRC **01975F77**.